



SENADO FEDERAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei Complementar nº 2, de 2020**, que *"Altera a Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para vedar a instituição, no Sistema Financeiro Nacional, de cobrança de tarifas por disponibilização de serviços sem a efetiva utilização pelo usuário."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador Plínio Valério (PSDB/AM)	001
Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB)	002

TOTAL DE EMENDAS: 2



[Página da matéria](#)

EMENDA Nº - PLEN (ao PLP nº 2, de 2020)

Confira-se aos artigos 1º e 2º do Projeto de Lei Complementar nº 2, de 2020, a seguinte redação:

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Altera a Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para vedar a instituição, no Sistema Financeiro Nacional, de cobrança de tarifas por disponibilização de serviços sem a efetiva utilização pelo usuário, **nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional.** (NR)

Art. 2º Acrescente-se à Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, o seguinte artigo 53-A:

Art. 53-A. Fica vedada, **observada a regulamentação do Conselho Monetário Nacional**, a instituição e manutenção, no Sistema Financeiro Nacional, de cobrança de tarifas por disponibilização de serviços sem a efetiva utilização pelo usuário.” (NR)

Parágrafo único – O consumidor poderá optar por cesta de serviços com pacote de tarifas compatível com as suas necessidades mediante solicitação à instituição com a qual mantenha relacionamento. (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 2 de 2020, de autoria do nobre Senador Jorginho Mello (PL-SC), para vedar a

cobrança de serviços bancários que não forem efetivamente utilizados pelos consumidores.

A iniciativa é meritória e merece o apoio. A finalidade alegada pelo autor é proteger o cidadão contra tarifas indevidas.

A cobrança por serviços bancários é disciplinada pelo Conselho Monetário Nacional, nos termos do art. 4º, inciso IX, da Lei 4.595/64:

*Art. 4º **Compete ao Conselho Monetário Nacional, segundo diretrizes estabelecidas pelo Presidente da República:***

.....

IX - Limitar, sempre que necessário, as taxas de juros, descontos comissões e qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários ou financeiros, inclusive os prestados pelo Banco Central da República do Brasil, assegurando taxas favorecidas aos financiamentos que se destinem a promover:

.....

Diante do exposto, o Plenário do Senado precisa efetuar o ajuste que propomos nesta emenda para harmonizar a proposta aprovada pela CAE com a legislação vigente, a qual já dispõe que o Conselho Monetário é competente para regulamentar questões referentes a tarifas bancárias.

A inclusão do Conselho Monetário Nacional no PLP 2/20 é fundamental para garantirmos a continuidade de um tratamento técnico e economicamente equilibrado pelos órgãos competentes no que se refere às tarifas bancárias.

Ademais, o Banco Central está devidamente instrumentalizado pela Lei 13.506/17 para sancionar instituições financeiras que cobram tarifas indevidas. De acordo com dados oficiais do supervisor do Sistema Financeiro Nacional, de 2017 a 2021 foram aplicadas diversas multas que somadas ultrapassam R\$ 710 milhões, em razão de diversas infrações, entre elas cobrança indevida de tarifas.

Por sua vez, os órgãos de defesa do consumidor também estão devidamente habilitados pela legislação vigente a combaterem cobranças eventualmente

abusivas ou indevidas, não apenas as efetuadas pelos bancos, mas por quaisquer prestadores de serviços.

Por fim, o parágrafo único visa preservar a liberdade do consumidor optar por aderir a pacote de serviços compatível com suas necessidades.

Por todo o exposto, **para evitarmos eventual injuridicidade** que prejudique o avanço da proposta pedimos aos nobres pares a aprovação da presente emenda.

Salas das Sessões,

Senador PLÍNIO VALÉRIO

PSDB/AM



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA DANIELLA RIBEIRO

EMENDA Nº , de 2021 – PLEN
(ao PLP nº 02/2020)

Dê-se ao art. 53-A da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, acrescido pelo art. 2º do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 2, de 2020, a seguinte redação:

“Art. 2º

*‘Art. 53-A. Fica vedada a instituição e manutenção, no Sistema Financeiro Nacional, de cobrança de tarifas por disponibilização de serviços **avulsos** sem a efetiva utilização pelo usuário’.*”

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento do PLP 02/2020, que acertadamente busca garantir que a cobrança de tarifa bancária somente poderá ocorrer quando for efetivamente prestado um serviço.

A atual regulação do tema, prevista na Resolução 3919/2010, dispõe que mesmo quando há prestação de serviços, é vedada às instituições financeiras a cobrança de tarifas pela prestação de serviços bancários essenciais a pessoas naturais, como o fornecimento de cartão com função movimentação, realização de até dois saques por mês, realização de até duas transferências, entre outros.

Por outro lado, a Resolução determina que as instituições financeiras ofereçam pacotes de serviços padronizados, de forma a possibilitar que o cliente opte por aquele que lhe for mais favorável, de acordo com suas necessidades.

Desta forma, os clientes podem optar por contratar esses pacotes padronizados, utilizar apenas os serviços individualizados ou, ainda, apenas os serviços gratuitos que as instituições financeiras disponibilizam.

No entanto, os pacotes de serviços poderão ser inviabilizados pelo texto do projeto, pois se todos os serviços do pacote não forem utilizados na íntegra, o cliente poderá solicitar o seu desconto. Tal situação seria o equivalente a um cliente pedir desconto a uma empresa de TV por assinatura caso não acesse os



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA DANIELLA RIBEIRO

canais que contratou naquele determinado mês ou não consuma toda a internet do seu plano de telefonia.

Por essa razão, a simples inclusão da palavra “avulsos” no texto assegurará a razoabilidade do projeto e, ao mesmo tempo, impedirá que sejam cobradas tarifas por serviços avulsos não utilizados pelo consumidor, como a tarifa pela disponibilização de cheque especial ao cliente.

Desta forma, com base em todos os argumentos apresentados, pedimos o apoio para aprovação da presente emenda ao Projeto de Lei Complementar nº 2/2020.

Sala das Sessões, em

Senadora DANIELLA RIBEIRO
Líder do Progressistas